



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

**EDITAL****PREGÃO LFDA-RS Nº 04/2022**

PROCESSO Nº 21043.000191/2022-05

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Laboratório Federal de Defesa Agropecuária - LFDA/RS, por meio do Serviço de Compras, sediado na Estrada Retiro da Ponta Grossa, nº 3036 - Ponta Grossa, Porto Alegre/RS, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço** por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **11/05/2022**

Horário: 10:00

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>**1. DO OBJETO**

- 1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de embalagens de segurança para operacionalização de coletas de amostras oficiais no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

- 4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
  - 4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
  - 4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:
  - 4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - 4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.3 Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6 que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.4.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8 que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:

7.8.1 R\$ 0,01 (um centavo) para todos os itens;

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.26.1 no país;

7.26.2 por empresas brasileiras;

7.26.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0;>);

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**9.11 Habilitação jurídica:**

9.11.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.11.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldomicroempreendedor.gov.br](http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br);

9.11.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.11.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.11.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.11.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.12 Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.12.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.13 Qualificação Técnica**

9.13.1 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

9.13.1.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.13.1.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.13.1.2.1 Prova de atendimento aos requisitos de fornecimento de produtos com características similares aos itens licitados, em quantidade não inferior a 10% do total do somatório das quantidades dos itens arrematados pela licitante.

9.13.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.14 Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.14.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.14.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.14.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.14.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.14.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.14.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.14.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.15 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.16 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.16.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.17 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5

(cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.18 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.19 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.20 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.21 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.22 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.22.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.23 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## 11. DOS RECURSOS

11.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### 15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

#### 16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 O Adjudicatário será convocado a realizar o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEI/MAPA, para fins de assinatura digital da Ata de Registro de Preços, por meio do link: [https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0)

16.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

#### 17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1 O Adjudicatário será convocado a realizar o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEI/MAPA, para fins de assinatura digital do contrato, por meio do link: [https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0)

17.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4 O prazo de vigência da contratação é estabelecido no Termo de Referência.

17.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6 Na assinatura da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência da ata de registro de preços.

17.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

#### 18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1 As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### 19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### 20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### 21. DO PAGAMENTO

21.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1 É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3 apresentar documentação falsa;

22.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6 não manter a proposta;

22.1.7 cometer fraude fiscal;

22.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

22.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.4.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital

22.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

23.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

## **24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

24.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail sec.lfda-rs@agro.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Estrada Retiro da Ponta Grossa, nº 3036, bairro Ponta Grossa, Porto Alegre/RS, no Serviço de Compras – CEP: 91.780-580.

24.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



24.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

## 25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Estrada Retiro da Ponta Grossa, nº 3036, bairro Ponta Grossa, Porto Alegre/RS, nos dias úteis, no horário das 8h às 11h30min, e das 13h às 16h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1 ANEXO I - Termo de Referência

25.12.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

25.12.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

25.12.3 ANEXO III – Minuta de Contrato



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO BARRETO**, Coordenador e Ordenador de Despesas, em 28/04/2022, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sistemas.agricultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21251367** e o código CRC **E60C0639**.

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA PROCESSO Nº 21043.000191/2022-05 PREGÃO Nº 04/2022

#### 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de embalagens de segurança para operacionalização de coletas de amostras oficiais no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Identificação CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Máximo Unitário Aceitável (R\$)
1	Envelope de segurança incolor/transparente, medindo 197 mm de largura por 280 mm de altura mais recibo (protocolo) numerado com 60 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co-extrudado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,065 mm (65 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no	360368	Unidade	26.000	2,36

	<p>recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>				
2	<p>Envelope de segurança incolor/transparente, medindo 262 mm de largura por 344 mm de altura mais recibo (protocolo) numerado com 60 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co-extrusado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,065 mm (65 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	270703	Unidade	58.000	3,6
3	<p>Envelope de segurança opaco, medindo 262 mm de largura por 344 mm de altura mais recibo (protocolo) numerado com 60 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co-extrusado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,065 mm (65 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	270703	Unidade	22.000	3,6
4	<p>Envelope de segurança incolor/transparente, medindo 314 mm de largura por 410 mm de altura mais recibo (protocolo) numerado com 60 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co extrusado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,075 mm (75 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	438908	Unidade	68.000	4,11
5	<p>Envelope de segurança incolor/transparente, medindo 405 mm de largura por 745 mm de altura, com solda beira ao fundo e sanfona (fole) lateral de 120 mm em cada lado. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co extrusado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,080 mm (80 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança e no corpo do envelope), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope). Sem a possibilidade de recibo numerado. Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	326009	Unidade	40.000	9,43
6	<p>Envelope de segurança branco leitoso, medindo 400 mm de largura por 500 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, coextrusado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, espessura de 0,075 mm (75 micras) por parede. Personalizados em uma cor pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	241642	Unidade	26.000	5,93
7	<p>Embalagens plásticas em polietileno de baixa densidade, impressas coextrusadas, com três lâminas de alta resistência ao rasgo e punctura, sendo pigmentada em uma camada externa de</p>	472727	Unidade	94.000	0,81

	<p>cor branca e de cor preta na camada interna, medindo 200 mm x 350mm (Largura x Altura), espessura de 60 micra por parede, totalizando em 120 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança nível 2, que permita uma lacração inviolável, com numeração serial e impressas em uma das faces da embalagem nas cores preta e vermelha. Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>				
8	<p>Envelope (Embalagens plásticas) em polietileno de baixa densidade, impressas coextrusadas, com três lâminas de alta resistência ao rasgo e punctura, sendo pigmentada em uma camada externa de cor branca e de cor preta na camada interna, medindo 400mm x 600mm (Largura x Altura), espessura de 60 micra por parede, totalizando em 120 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança nível 2, que permita uma lacração inviolável, com impressão nas duas faces da embalagem em cor preta. Quantidade em Unidade. Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	281969	Unidade	3.400	2,21
9	<p>Envelope (Embalagens plásticas) em polietileno de baixa densidade, impressas coextrusadas, com três lâminas de alta resistência ao rasgo e punctura, sendo pigmentada em uma camada externa de cor branca e de cor preta na camada interna, medindo 600mm x 800mm (Largura x Altura), espessura de 60 micra por parede, totalizando em 120 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança nível 2, que permita uma lacração inviolável, com impressão nas duas faces da embalagem em cor preta. Quantidade em Unidade. Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	482973	Unidade	3.400	4,75
10	<p>Embalagens plásticas em polietileno de cor branco leitoso, medindo 350mm x 450mm (Largura x Altura) espessura de 110 micras por parede, totalizando em 220 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança tipo 2 que permita uma lacração inviolável com numeração serial e impressas em uma das faces da embalagem nas cores preta e vermelha. Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	286241	Unidade	38.000	2,78
11	<p>Embalagens plásticas em polietileno de cor branco leitoso, medindo 400mm x 500mm (Largura x Altura) espessura de 110 micras por parede, totalizando em 220 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança tipo 2 que permita uma lacração inviolável com numeração serial e impressas em uma das faces da embalagem nas cores preta e vermelha. Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	281968	Unidade	38.000	3,76
12	<p>SACO (BOLSA) ESTÉRIL COM TIOSSULFATO DE SÓDIO 300 ML para coleta de amostras microbiológicas de água de abastecimento. Características: polietileno resistente, comprimido de tiosulfato; fechamento do tipo Whirl-Pak® ou semelhante.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	444847	Unidade	6.400	7,54
13	<p>SACO (BOLSA) ESTÉRIL com capacidade para 1.000 ML para coleta de amostras físico-químicas de água de abastecimento. Características: polietileno resistente, fechamento do tipo Whirl-Pak® ou semelhante.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	422498	Unidade	6.400	7,54
14	<p>Kit de material estéril para coleta com as seguintes características: - Esponja de celulose com tamanho aproximado de 38 mm x 76 mm, com resistência para realizar esfregadura na superfície de carcaças de animais abatidos, embaladas individualmente e livre de biocidas; - Cabo plástico rígido e destacável da esponja; - Diluente - 10 mililitros (mL) de Água Peptonada Tamponada; - Saco de amostra em material resistente, espessura mínima 100 µm, dimensões aproximadas 127 x 279 mm, com fecho metálico para fácil fechamento na parte superior; - O cabo deve ter rigidez e comprimento suficientes para coletar a amostra sem manusear diretamente a esponja e deve possuir dispositivo que permita soltar a esponja facilmente no interior do saco de coleta após a esfregadura da superfície; - Fecho de arame na extremidade superior a prova de perfuração; -</p>	413850	Unidade	3.000	24,5

	<p>Saco de amostra com tarja que possibilite identificação indelével da amostra. - Material deve apresentar possibilidade de distribuição à temperatura ambiente. - Deve acompanhar certificado de esterilização dos lotes. - O produto deve ter validade mínima de 06 (seis) meses na data de entrega.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>				
15	<p>Caixa de papelão com 4 divisórias (33,6 cm de altura, 20,1 cm de largura, 19,5 cm de comprimento) constituído de uma camada interna de papelão ondulado com espessura de 6mm.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	462326	Unidade	14.000	4,83
16	<p>Caixa de papelão com 6 divisórias (33,6 cm de altura, 28,5 cm de largura, 19,5 cm de comprimento) constituído de uma camada interna de papelão ondulado com espessura de 6mm.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	385589	Unidade	14.000	4,68
17	<p>Caixas de isopor (EPS) para transporte constituído de material atóxico com capacidade para 21 litros e dimensões aproximadas de: internas: 391mm (comprimento) x 193mm (largura) x 304mm (altura) e externas: 441mm (comprimento) x 245mm (largura) x 335mm (altura sem tampa) Espessura da parede da caixa: 25mm.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	222046	Unidade	3.264	29,01
18	<p>Caixas de isopor (EPS) para transporte constituído de material atóxico com capacidade para 17 litros e dimensões aproximadas de: internas: 301mm (comprimento) x 187mm (largura) x 343mm (altura) e externas: 342mm (comprimento) x 228mm (largura) x 365mm (altura sem tampa) Espessura da parede da caixa: 21mm.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	222045	Unidade	2.548	27,4
19	<p>Caixas de isopor (EPS) para transporte constituído de material atóxico com capacidade para 12 litros e dimensões aproximadas de: internas: 300mm (comprimento) x 185mm (largura) x 260mm (altura) e externas: 337mm (comprimento) x 230mm (largura) x 280mm (altura sem tampa) Espessura da parede da caixa: 20mm.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	222013	Unidade	2.960	22,89
20	<p>Caixas de isopor (EPS) para transporte constituído de material atóxico com capacidade para 7 litros e dimensões aproximadas de: internas: 250mm (comprimento) x 165mm (largura) x 202mm (altura) e externas: 290mm (comprimento) x 205mm (largura) x 230mm (altura sem tampa) Espessura da parede da caixa: 20mm.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	348495	Unidade	2.684	9,49
21	<p>Etiquetas adesivas, para utilização como lacre de amostras de bebidas, com picotes diagonais 2 x 2 cm, no tamanho de 5 cm x 20 cm, impressas em 4 cores, sendo layout final a ser impresso definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	310985	Unidade	1.540.000	1,27
22	<p>Bobina de papel pardo kraft monolúcido 60cm de largura, 80g de gramatura com 200 m de comprimento.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	438380	Unidade	156	113,72
23	<p>Lacre convencional metálico de cabo/cordoalha de aço galvanizado, ajustável, modelo cadeado, não pré-formado, tensionado (desenrola, desfaz-se ao ser cortado), de espessura mínima de 1,5 mm, comprimento útil do cabo/cordoalha de aço de 300,00 mm (± 5,0 mm). O dispositivo de segurança deve ser fabricado de forma a deixar evidente o seu rompimento ou abertura, não permitindo que este seja aberto e novamente fechado sem sinal claro do ocorrido. No corpo</p>	430771	Unidade	7.000	4

	<p>metálico do lacre deve ser gravado os dizeres "BRASIL" e logo abaixo, "SDA", e mais abaixo o número do lacre, adotada a numeração genérica, sequencial, 000.001 a 999.999, precedida de duas letras do alfabeto (Exemplo: AA000.001). A correta numeração sequencial a ser gravada no corpo do lacre, pela licitante vencedora, será informada e fornecida, por meio de e-mail com confirmação de recebimento, somente após a homologação e adjudicação da aquisição. Quantidade em Unidade.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>				
24	<p>Lacre em Policarbonato, ajustável de 31 centímetros de comprimento e espessura entre 1,5mm a 2,0mm, cor amarela, personalizados e numerados sequencialmente. As inscrições serão gravadas em baixo relevo na bucha de encaixe, com numeração sequencial de 000.001 a 999.999, precedida de duas letras do alfabeto, em caixa alta (exemplo AA000.001), e abaixo as palavras "BRASIL" e "SDA". A correta numeração sequencial a ser gravada no corpo do lacre plástico, pela licitante vencedora, será informada e fornecida, por meio de e-mail com confirmação de recebimento, somente após a homologação e adjudicação da aquisição. Quantidade em Unidade.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	246657	Unidade	7.000	0,5
25	<p>Rolos de Fita adesiva de polipropileno com adesivo acrílico base de água, 5cm x 50metros, cor de fundo amarelo com impressão nas cores verde e preto, sendo layout final a ser impresso, definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais. Quantidade em Unidade.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	468602	Unidade	2.000	3,8
26	<p>Luvas descartáveis em resina Vinílica transparente, com espessura mínima de 75 micras, tamanho grande, sem amido, antialérgica e ambidestra. Unidade de fornecimento: Uma unidade corresponde a uma caixa com 100 luvas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	437575	Caixas	320	88
27	<p>Etiquetas Adesivas em papel coche, impressas em quatro cores, nas dimensões 7cm x 5cm (comprimento x largura), sendo layout final a ser impresso, definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	471801	Unidade	6.000	1,32
28	<p>Etiquetas Adesivas em papel coche, impressas em quatro cores, nas dimensões 11cm x 8cm (comprimento x largura), sendo layout final a ser impresso, definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	471789	Unidade	6.000	1,32
29	<p>Etiquetas Adesivas em papel coche, impressas em quatro cores, nas dimensões 20cm x 5,5cm (comprimento x largura), sendo layout final a ser impresso, definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	450149	Unidade	6.000	1,25
30	<p>Gelo reutilizável rígido: produto à base de gel térmico atóxico em embalagens rígidas de polietileno, dimensões aproximadas 17x10x3,7cm. Capacidade de 500ml.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	395932	Unidade	7.640	5,87
31	<p>Frasco de polietileno ou polipropileno com tampa, capacidade 500 mL, características adicionais: cor branca leitosa, material da tampa polietileno ou polipropileno, tampa rosqueável e com lacre inviolável, diâmetro do gargalo e tampa de 45 mm, destinada a aplicação para envase de alimentos.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	477857	Unidade	8.436	4,87

32	<p>Frasco de polipropileno, com mecanismo de vedação hermética por pressão (flip-top) e com tampa não do tipo rosca, com lacre auxiliar para vedação, capacidade mínima para 118 mL, medindo 43 mm de diâmetro por 90 mm de altura, cor transparente ou natural. Deve ser livre de aditivos ou comprimidos em seu interior. Quantidade em Unidade. Tolerância de 5 mm nas medidas. Referência: Capitol Vial Flip-Top Thermo Scientific, Referência 04HPLS equivalente ou superior.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	461683	Unidade	8.000	4,24
33	<p>Frasco flaconete de vidro incolor 23x52mm com tampa de rosca, 10 ml (para coleta de insetos). Quantidade em Unidade.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	423836	Unidade	6.600	2,48

## 1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador.

<p><b>Órgão Gerenciador:</b>  <b>LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA- LFDA/RS</b>  <b>UASG- 130103-</b> Endereço para Entrega: Estrada Retiro da Ponta Grossa, 3036 – Bairro Ponta Grossa – Porto Alegre/RS – CEP: 91.780-580  Horário de Entrega: 08h30min às 11h30min e 13h00min às 16h:30min</p>					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	<p>Envelope de segurança incolor/transparente, medindo 197 mm de largura por 280 mm de altura mais recibo (protocolo) numerado com 60 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co-extrudado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,065 mm (65 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	Unidade	13.000	26.000	26.000
2	<p>Envelope de segurança incolor/transparente, medindo 262 mm de largura por 344 mm de altura mais recibo (protocolo) numerado com 60 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co-extrudado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,065 mm (65 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	Unidade	29.000	58.000	58.000
3	<p>Envelope de segurança opaco, medindo 262 mm de largura por 344 mm de altura mais recibo (protocolo) numerado com 60 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co-extrudado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,065 mm (65 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	Unidade	11.000	22.000	22.000
4	<p>Envelope de segurança incolor/transparente, medindo 314 mm de largura por 410 mm de altura mais recibo (protocolo) numerado com 60 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co-extrudado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,075 mm (75 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	Unidade	34.000	68.000	68.000
5	<p>Envelope de segurança incolor/transparente, medindo 405 mm de largura por 745 mm de altura, com solda beira ao fundo e sanfona (fole) lateral de 120 mm em cada lado. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, co-extrudado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, natural/transparente, espessura de 0,080 mm (80 micras) por parede. Personalizados em duas cores pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança e no corpo do envelope), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope). Sem a possibilidade de recibo numerado. Tolerância de 5 mm nas medidas.</p> <p>CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do</p>	Unidade	20.000	40.000	40.000



	produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).				
6	Envelope de segurança branco leitoso, medindo 400 mm de largura por 500 mm de altura. Com fecho de segurança em polietileno constituído de pinos de um lado e cápsulas do outro, onde encaixam-se os pinos fazendo com que os mesmos lacrem o envelope. Fabricado em filme de polietileno, coextrusado em três camadas, de alta resistência ao rasgo e punctura, espessura de 0,075 mm (75 micras) por parede. Personalizados em uma cor pelo processo de flexografia. Numerados em até 8 (oito) caracteres com impressão em INK JET (no fecho de segurança, no corpo do envelope e no recibo), com a possibilidade de código de barras EAN 128 com contraste branco para leitura (somente no corpo do envelope e no recibo). Tolerância de 5 mm nas medidas. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	13.000	26.000	26.000
7	Embalagens plásticas em polietileno de baixa densidade, impressas coextrusadas, com três lâminas de alta resistência ao rasgo e punctura, sendo pigmentada em uma camada externa de cor branca e de cor preta na camada interna, medindo 200 mm x 350mm (Largura x Altura), espessura de 60 micra por parede, totalizando em 120 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança nível 2, que permita uma lacração inviolável, com numeração serial e impressas em uma das faces da embalagem nas cores preta e vermelha. Tolerância de 5 mm nas medidas. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	47.000	94.000	94.000
8	Envelope (Embalagens plásticas) em polietileno de baixa densidade, impressas coextrusadas, com três lâminas de alta resistência ao rasgo e punctura, sendo pigmentada em uma camada externa de cor branca e de cor preta na camada interna, medindo 400mm x 600mm (Largura x Altura), espessura de 60 micra por parede, totalizando em 120 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança nível 2, que permita uma lacração inviolável, com impressão nas duas faces da embalagem em cor preta. Quantidade em Unidade. Tolerância de 5 mm nas medidas. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	1.700	3.400	3.400
9	Envelope (Embalagens plásticas) em polietileno de baixa densidade, impressas coextrusadas, com três lâminas de alta resistência ao rasgo e punctura, sendo pigmentada em uma camada externa de cor branca e de cor preta na camada interna, medindo 600mm x 800mm (Largura x Altura), espessura de 60 micra por parede, totalizando em 120 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança nível 2, que permita uma lacração inviolável, com impressão nas duas faces da embalagem em cor preta. Quantidade em Unidade. Tolerância de 5 mm nas medidas. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	1.700	3.400	3.400
10	Embalagens plásticas em polietileno de cor branco leitoso, medindo 350mm x 450mm (Largura x Altura) espessura de 110 micras por parede, totalizando em 220 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança tipo 2 que permita uma lacração inviolável com numeração serial e impressas em uma das faces da embalagem nas cores preta e vermelha. Tolerância de 5 mm nas medidas. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	19.000	38.000	38.000
11	Embalagens plásticas em polietileno de cor branco leitoso, medindo 400mm x 500mm (Largura x Altura) espessura de 110 micras por parede, totalizando em 220 micras, boca tipo envelope com fechamento adesivo de segurança tipo 2 que permita uma lacração inviolável com numeração serial e impressas em uma das faces da embalagem nas cores preta e vermelha. Tolerância de 5 mm nas medidas. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	19.000	38.000	38.000
12	SACO (BOLSA) ESTÉRIL COM TIOSSULFATO DE SÓDIO 300 ML para coleta de amostras microbiológicas de água de abastecimento. Características: polietileno resistente, comprimido de tiosulfato; fechamento do tipo Whirl-Pak® ou semelhante. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	3.200	6.400	6.400
13	SACO (BOLSA) ESTÉRIL com capacidade para 1.000 ML para coleta de amostras físico-químicas de água de abastecimento. Características: polietileno resistente, fechamento do tipo Whirl-Pak® ou semelhante. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	3.200	6.400	6.400
14	Kit de material estéril para coleta com as seguintes características: - Esponja de celulose com tamanho aproximado de 38 mm x 76 mm, com resistência para realizar esfregadura na superfície de carcaças de animais abatidos, embaladas individualmente e livre de biocidas; - Cabo plástico rígido e destacável da esponja; - Diluente - 10 mililitros (mL) de Água Peptonada Tamponada; - Saco de amostra em material resistente, espessura mínima 100 µm, dimensões aproximadas 127 x 279 mm, com fecho metálico para fácil fechamento na parte superior; - O cabo deve ter rigidez e comprimento suficientes para coletar a amostra sem manusear diretamente a esponja e deve possuir dispositivo que permita soltar a esponja facilmente no interior do saco de coleta após a esfregadura da superfície; - Fecho de arame na extremidade superior a prova de perfuração; - Saco de amostra com tarja que possibilite identificação indelével da amostra. - Material deve apresentar possibilidade de distribuição à temperatura ambiente. - Deve acompanhar certificado de esterilização dos lotes. - O produto deve ter validade mínima de 06 (seis) meses na data de entrega. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	1.200	3.000	3.000
15	Caixa de papelão com 4 divisórias (33,6 cm de altura, 20,1 cm de largura, 19,5 cm de comprimento) constituído de uma camada interna de papelão ondulado com espessura de 6mm.	Unidade	7.000	14.000	14.000

	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).				
16	Caixa de papelão com 6 divisórias (33,6 cm de altura, 28,5 cm de largura, 19,5 cm de comprimento) constituído de uma camada interna de papelão ondulado com espessura de 6mm. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	7.000	14.000	14.000
17	Caixas de isopor (EPS) para transporte constituído de material atóxico com capacidade para 21 litros e dimensões aproximadas de: internas: 391mm (comprimento) x 193mm (largura) x 304mm (altura) e externas: 441mm (comprimento) x 245mm (largura) x 335mm (altura sem tampa) Espessura da parede da caixa: 25mm. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	1.632	3.264	3.264
18	Caixas de isopor (EPS) para transporte constituído de material atóxico com capacidade para 17 litros e dimensões aproximadas de: internas: 301mm (comprimento) x 187mm (largura) x 343mm (altura) e externas: 342mm (comprimento) x 228mm (largura) x 365mm (altura sem tampa) Espessura da parede da caixa: 21mm. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	1.274	2.548	2.548
19	Caixas de isopor (EPS) para transporte constituído de material atóxico com capacidade para 12 litros e dimensões aproximadas de: internas: 300mm (comprimento) x 185mm (largura) x 260mm (altura) e externas: 337mm (comprimento) x 230mm (largura) x 280mm (altura sem tampa) Espessura da parede da caixa: 20mm. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	1.480	2.960	2.960
20	Caixas de isopor (EPS) para transporte constituído de material atóxico com capacidade para 7 litros e dimensões aproximadas de: internas: 250mm (comprimento) x 165mm (largura) x 202mm (altura) e externas: 290mm (comprimento) x 205mm (largura) x 230mm (altura sem tampa) Espessura da parede da caixa: 20mm. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	1.342	2.684	2.684
21	Etiquetas adesivas, para utilização como lacre de amostras de bebidas, com picotes diagonais 2 x 2 cm, no tamanho de 5 cm x 20 cm, impressas em 4 cores, sendo layout final a ser impresso definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	770.000	1.540.000	1.540.000
22	Bobina de papel pardo kraft monolúcido 60cm de largura, 80g de gramatura com 200 m de comprimento. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	78	156	156
23	Lacre convencional metálico de cabo/cordoalha de aço galvanizado, ajustável, modelo cadeado, não pré-formado, tensionado (desenrola, desfaz-se ao ser cortado), de espessura mínima de 1,5 mm, comprimento útil do cabo/cordoalha de aço de 300,00 mm (± 5,0 mm). O dispositivo de segurança deve ser fabricado de forma a deixar evidente o seu rompimento ou abertura, não permitindo que este seja aberto e novamente fechado sem sinal claro do ocorrido. No corpo metálico do lacre deve ser gravado os dizeres "BRASIL" e logo abaixo, "SDA", e mais abaixo o número do lacre, adotada a numeração genérica, sequencial, 000.001 a 999.999, precedida de duas letras do alfabeto (Exemplo: AA000.001). A correta numeração sequencial a ser gravada no corpo do lacre, pela licitante vencedora, será informada e fornecida, por meio de e-mail com confirmação de recebimento, somente após a homologação e adjudicação da aquisição. Quantidade em Unidade. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	3.500	7.000	7.000
24	Lacre em Policarbonato, ajustável de 31 centímetros de comprimento e espessura entre 1,5mm a 2,0mm, cor amarela, personalizados e numerados sequencialmente. As inscrições serão gravadas em baixo relevo na bucha de encaixe, com numeração sequencial de 000.001 a 999.999, precedida de duas letras do alfabeto, em caixa alta (exemplo AA000.001), e abaixo as palavras "BRASIL" e "SDA". A correta numeração sequencial a ser gravada no corpo do lacre plástico, pela licitante vencedora, será informada e fornecida, por meio de e-mail com confirmação de recebimento, somente após a homologação e adjudicação da aquisição. Quantidade em Unidade. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	3.500	7.000	7.000
25	Rolos de Fita adesiva de polipropileno com adesivo acrílico base de água, 5cm x 50metros, cor de fundo amarelo com impressão nas cores verde e preto, sendo layout final a ser impresso, definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais. Quantidade em Unidade. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	1.000	2.000	2.000
26	Luvas descartáveis em resina Vinílica transparente, com espessura mínima de 75 micras, tamanho grande, sem amido, antialérgica e ambidestra. Unidade de fornecimento: Uma unidade corresponde a uma caixa com 100 luvas. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do	Caixas	160	320	320

	produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).				
27	Etiquetas Adesivas em papel coche, impressas em quatro cores, nas dimensões 7cm x 5cm (comprimento x largura), sendo layout final a ser impresso, definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	3.000	6.000	6.000
28	Etiquetas Adesivas em papel coche, impressas em quatro cores, nas dimensões 11cm x 8cm (comprimento x largura), sendo layout final a ser impresso, definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	3.000	6.000	6.000
29	Etiquetas Adesivas em papel coche, impressas em quatro cores, nas dimensões 20cm x 5,5cm (comprimento x largura), sendo layout final a ser impresso, definido entre SDA/MAPA e fornecedor em momento anterior à confecção dos materiais. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	3.000	6.000	6.000
30	Gelo reutilizável rígido: produto à base de gel térmico atóxico em embalagens rígidas de polietileno, dimensões aproximadas 17x10x3,7cm. Capacidade de 500ml. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	3.820	7.640	7.640
31	Frasco de polietileno ou polipropileno com tampa, capacidade 500 mL, características adicionais: cor branca leitosa, material da tampa polietileno ou polipropileno, tampa rosqueável e com lacre inviolável, diâmetro do gargalo e tampa de 45 mm, destinada a aplicação para envase de alimentos. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	4.218	8.436	8.436
32	Frasco de polipropileno, com mecanismo de vedação hermética por pressão (flip-top) e com tampa não do tipo rosca, com lacre auxiliar para vedação, capacidade mínima para 118 mL, medindo 43 mm de diâmetro por 90 mm de altura, cor transparente ou natural. Deve ser livre de aditivos ou comprimidos em seu interior. Caixa com no mínimo 200 unidades. Tolerância de 5 mm nas medidas. Referência: Capitol Vial Flip-Top Thermo Scientific, Referência 04HPLS equivalente ou superior. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	4.000	8.000	8.000
33	Frasco flaconete de vidro incolor 23x52mm com tampa de rosca, 10 ml (para coleta de insetos). Quantidade em Unidade. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE: Apresentar Certificado de Regularidade válido (até três meses a contar da data de sua emissão) para comprovação da conformidade com as obrigações decorrentes da inscrição do produtor/fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).	Unidade	3.300	6.600	6.600

1.2. Não haverá cota reservada, conforme justificativa apensa aos autos.

1.3. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 135 (cento e trinta e cinco) dias, contados da data de recebimento da nota de empenho pelo fornecedor, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

### 5. 1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto.

5.1.1 Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA/MMA Nº 13, de 23 de agosto de 2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), instituído pelo artigo 17-C e Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981, devendo a contratada apresentar o Certificado de Regularidade em plena validade.

5.1.2 Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, a contratada deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei, inclusive para itens produzidos no exterior e importados para comercialização.

**6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias para produtos nacionais e 90 (noventa) dias para produtos importados, contados da data de recebimento da nota de empenho pelo fornecedor, em remessa única, no seguinte endereço: Estrada Retiro da Ponta Grossa, 3036 – Bairro Ponta Grossa – Porto Alegre/RS – CEP: 91.780-580.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

8.1.7. a CONTRATADA deverá respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos.

8.1.7.1. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

8.1.7.2 a CONTRATADA deverá seguir as diretrizes de sustentabilidade estabelecida no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012: "Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras: I - Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II - Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III - Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; IV - Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V - Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; VI - Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e VII Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

8.2 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

**9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 100) / 365$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 13. DO REAJUSTE

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1 ausência de complexidade e/ou vultuosidade que comprometa o cumprimento das obrigações.

14.1.2 a exigência de garantia contratual representa um valor a ser agregado às propostas dos licitantes, cujos custos seriam repassados à própria Administração contratante, o que vai de encontro à economicidade da contratação.

14.1.3 possibilidade de restrição do caráter competitivo do certame.

#### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

15.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**i) Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

**ii) Multa:**

1) moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

**v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

15.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 16. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



- 16.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 16.2 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 16.2.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 16.2.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 16.2.1.1.1 Prova de atendimento aos requisitos de fornecimento de produtos com características similares aos itens licitados, em quantidade não inferior a 10% do total do somatório das quantidades dos itens arrematados pela licitante.
- 16.2.1.2 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 16.3 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 16.3.1 Valores unitários: conforme tabela contida no item 1.1 deste Termo de referência.
- 16.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.
- 16.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 4.269.783,84 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil setecentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ..../2022

A União, por meio do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária - LFDA/RS, com sede na Estrada Retiro da Ponta Grossa nº 3036, bairro Ponta Grossa, na cidade de Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ: 00.396.895/0045-46, neste ato representado pelo Coordenador, o Auditor Fiscal Federal Agropecuário Sr. **Fabiano Barreto**, nos termos da Portaria da Secretaria Executiva do MAPA nº 2.513 de 19/12/2017, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2017, portador da matrícula funcional nº ....., ou seu substituto o Auditor Fiscal Federal Agropecuário Sr. **Aguinaldo Parussolo**, nos termos da Portaria da Secretaria Executiva do MAPA nº 2.514 de 19/12/2017, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2017, portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 04/2022, processo administrativo n.º 21043.000191/2022-05, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de embalagens de segurança para operacionalização de coletas de amostras oficiais no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... da tabela do Item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 04/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 5.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantagem dos preços registrados nesta Ata.
- 5.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 5.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 5.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 5.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 5.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 5.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2 convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4 sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1 por razão de interesse público; ou

5.9.2 a pedido do fornecedor.

## 6. DAS PENALIDADES

6.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

## 7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

DAS ASSINATURAS		
CONTRATANTE		
	Coordenador do LFDA/RS	Assinatura Digital
CONTRATADA		
	Representante Legal	Assinatura Digital
TESTEMUNHAS		
	Testemunha	Assinatura Digital
	Testemunha	Assinatura Digital

## ANEXO III

### MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

	TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA - LFDA/RS E A EMPRESA .....
--	---

A União, por meio do Laboratório Federal de Defesa Agropecuária/RS, com sede na Estrada Retiro da Ponta Grossa, nº 3036, na cidade de Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.396.895/0045-46, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Coordenador do LFDA/RS, o Auditor Fiscal Federal Agropecuário Sr. **Fabiano Barreto**, nos termos da Portaria da Secretaria Executiva do MAPA nº 2.513 publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2017, portador da matrícula funcional nº 1574512 ou seu substituto, o Auditor Fiscal Federal Agropecuário Sr. **Aguinaldo Parussolo**, nos termos da Portaria da Secretaria Executiva do MAPA nº 2.514 publicada no Diário Oficial da União em 22 de dezembro de 2017, portador da matrícula funcional nº 1329215, ambos com competência para assinar Contratos, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 21043.000191/2022-05 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 04/2022, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de embalagens de segurança para operacionalização de coletas de amostras oficiais no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR unitá

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/130007

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

## 9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e precedidos de autorização da autoridade competente, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório, bem como à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### 14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

### 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre/RS - Justiça Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado digitalmente pelos contratantes.

DAS ASSINATURAS		
CONTRATANTE		
	Coordenador do LFDA/RS	Assinatura Digital
CONTRATADA		
	Representante Legal	Assinatura Digital
TESTEMUNHAS		
	Testemunha	Assinatura Digital
	Testemunha	Assinatura Digital